

ATA N.º 16

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA

EM 27 DE NOVEMBRO DE 2015: Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, reuniu pelas vinte horas, em sessão ordinária, no edifício da Escola Profissional Vasconcellos Lebre, a Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída pela Senhora Presidente da Mesa, Daniela de Melo Esteves Salgado e pelos 1.º e 2º Secretário, o Senhor António Ferreira Ribeiro e a Senhora Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: Período destinado à intervenção do público; Período antes da Ordem do Dia; Ordem do Dia: -----

- 1) Votação da Ata n.º 15; -----
- 2) Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----
- 3) Constituição da Associação “Caminhos de Fátima”; -----
- 4) Proposta n.º 19/2015 – Aprovação da TMDP (Taxa Municipal dos Direitos de Passagem) fixando em 0,25% o seu percentual, para aplicação no ano de 2016; --
- 5) Listagem dos Compromissos Plurianuais; -----
- 6) Revisão Orçamental n.º 04; -----
- 7) Redução da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis – Proposta n.º 20/2015; -
- 8) Participação Variável de IRS para 2016 – Proposta n.º 21/2015; -----
- 9) DERRAMA para 2015 – Proposta n.º 22/2015; -----
- 10) Proposta de Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Município de Mealhada e de Serviços de Gestão de Resíduos do Município de Mealhada; -----

O 1.º Secretário da Mesa, Senhor António Ferreira Ribeiro procedeu à chamada dos membros da Assembleia Municipal. -----

Os Senhores Deputados Municipais, Rodrigo Manuel Gomes Breda, Bruno Manuel Pereira Coimbra, Maria Clara Luxo Correia, Luis Filipe Tovim Ferreira e Nuno Miguel Cerveira de Melo solicitaram a sua substituição o que veio a verificar-se por Tiago Miguel dos Santos Neves Costa Ângelo, Pedro Manuel Esteves de Almeida Simões, Paula Cristina Cardoso P. Machado Pinto, Fernando Manuel da Silva Melo e António Filipe dos Santos Azevedo Pinho, respetivamente. O Senhor Deputado Municipal, António Filipe dos Santos Azevedo Pinho, não esteve presente. -----

A Senhora Presidente da Mesa interveio para comunicar que o Senhor Mário Bruno Gaspar, eleito pela coligação Juntos pelo Concelho da Mealhada, apresentou a sua renúncia ao mandato, pelo que será substituído pelo membro a seguir da respetiva lista partidária. -----

PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

A Senhora Presidente da Mesa, perguntou se alguém do público queria intervir, e uma vez que não houve inscrições, seguiu-se o PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

1) Interveio o Deputado Municipal, Senhor António Neves, para ler a seguinte intervenção: -----

" No dia 4 de Outubro os trabalhadores e o povo disseram BASTA ao Governo PSD/CDS, e à sua política que, ao arrepio da Constituição da República Portuguesa, impôs a retirada de direitos aos trabalhadores e destruiu emprego a um ritmo sem paralelo, generalizou o desemprego e a precariedade, empurrou centenas de milhares de pessoas para a emigração, alienou as mais importantes empresas ainda na posse do Estado, degradou a Escola Pública, o SNS, e a Segurança Social pública, universal e solidária e pôs em causa a soberania do país. -----

Depois da subordinação aos ditames da troika e dos grupos económicos e financeiros, com o conseqüente aumento da exploração, das desigualdades e do empobrecimento, os falsos argumentos e os meios usados para garantir os interesses do grande capital, atingem hoje uma dimensão que atenta contra a vontade soberana do povo e a democracia. -----

Uma política que contou com a cumplicidade do Presidente da República, desde a promulgação de sucessivos Orçamentos do Estado com normas inconstitucionais, passando pela demissão "irrevogável" de Paulo Portas, que se transformou em revogável, até à tentativa de perpetuação da coligação PSD/CDS no poder, contrariando a vontade democraticamente expressa nas urnas pelo povo português. -----

A rejeição do governo minoritário deu-se porque foi criada uma alternativa política que, mau grado a opinião do Presidente da República, rejeitou o programa que visava prosseguir políticas muito negativas e compromete-se a travar a privatização dos serviços públicos e a resolver problemas concretos que afetam as pessoas. -----

É neste quadro que pode existir uma política alternativa. Com esse objectivo, foi importante que se gerasse no seio dos trabalhadores um consenso de que era necessário exigir do PR uma decisão rápida, respeitadora da opção eleitoral dos Portugueses e também da Constituição. Estamos perante um novo quadro parlamentar que o PR teve de respeitar. -----

De um governo PS, com apoio parlamentar de PCP, PEV e BE, conhecem-se as posições conjuntas que identificam problemas e apontam medidas para os resolver, mas há ainda outros aspectos que é desejável e possível serem alvo de alteração. O PCP prosseguirá a sua ação em defesa dos trabalhadores, do povo e aqui no concelho, muito particularmente, levantando questões, denunciando injustiças, questionando decisões numa atitude construtiva como foi sempre o seu posicionamento e a sua opção. -----

Vivemos um tempo em que a expectativa é legítima e a esperança possível. -----

Os eleitos da CDU -----

Isabel Lemos, António Neves ". -----

2) Interveio o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço, para elogiar a Câmara Municipal pelo apoio dado à organização de atividades na freguesia de Barcouço, no 7.º Estágio Internacional de Karatê, onde participaram cerca de 150 atletas e na 21ª Prova do Campeonato Nacional de Carrinhos de Rolamentos.

3) Interveio a Deputada Municipal, Senhora Sandra Carvalho, para felicitar o Executivo, em nome da bancada do P. S., pela atribuição do galardão da Autarquia Mais Familiarmente Responsável, pelo segundo ano consecutivo. O galardão reconhece as boas práticas e políticas amigas das famílias e o prémio tem como principal objetivo dar visibilidade às autarquias que o fazem e incentivar as restantes a fazerem mais e melhor.-----

4) Interveio a Deputada Municipal, Senhora Paula Coelho perguntando sobre o ponto de situação da descentralização de competências no setor da educação e qual a evolução ou resultado na providência cautelar movida pelos professores. ---

5) Interveio o Senhor Presidente da União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes, para agradecer à Câmara Municipal a abertura do Centro de Interpretação Ambiental da Mealhada, inaugurado no dia 1 de outubro de 2015, localizado no Parque da Cidade. Trata-se de um espaço destinado a despertar a mudança de comportamentos e atitudes sobre a problemática ambiental e dotar os cidadãos de conhecimentos e meios que permitam lidar com os desafios do desenvolvimento sustentável. Referindo ainda as atividades ali desenvolvidas. ----

6) Interveio o Senhor Presidente da Junta de freguesia da Pampilhosa, congratulando-se pela notícia publicada sobre a Linha da Beira Alta e que a mesma continuará a passar pela Pampilhosa e que por isso concretizará o projeto da plataforma rodoferroviária. Agradeceu também à Câmara Municipal o apoio dado à instalação do Espaço Cidadão na Pampilhosa, cuja obra está quase concluída e que em breve irá estar em funcionamento. -----

7) Interveio o Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

Sobre a intervenção da Senhora Deputada Paula Coelho esclareceu que o processo está a decorrer como previsto e que a providência cautelar interposta pelo sindicato dos professores não foi procedente. -----

Quanto à intervenção do Senhor Presidente da Junta de freguesia da Pampilhosa disse ter ficado satisfeito com a notícia, por ser importante para toda a região, não só Mealhada, mas todos os municípios desta corrente se têm manifestado a favor da Linha da Beira Alta. Mas há outro setor, que tem apoio regional, que é adepto duma ligação Aveiro, Viseu e Vilar Formoso. As estimativas das obras ferroviárias são muito diferentes, exemplificando que a Linha da Beira Alta custará cerca de novecentos milhões de euros e a Linha Aveiro, Viseu e Vilar Formoso custará dois virgula cinco mil milhões de euros. A referida notícia vem na linha do que o ex-Secretário de Estado, Sérgio Monteiro, disse numa reunião ao Senhor Presidente

da Câmara de Santa Comba. Referiu que se verifica a existência de uma nova força ao projeto da Linha da Beira Alta e à plataforma rodoferroviária só poderá ser possível se as Infraestruturas de Portugal quiserem que ela exista. A função da Câmara Municipal é ter terrenos e colocá-los à disposição de entidades privadas ou públicas, que de algum modo ajudem no investimento, o que em linha férrea é pesadíssimo. O Executivo está atento e estão a ser feitos contactos com proprietários. Acrescentou que o Espaço Cidadão irá abrir em breve. -----

8) A Deputada Municipal, Senhora Filipa Varela, pediu a palavra para informar que solicitou a sua substituição no Conselho Municipal da Juventude, por indisponibilidade, em virtude de outras funções que também desempenha. Fez votos para que o Conselho Municipal de Juventude continue a fazer um bom trabalho. -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa, deu início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

A Senhora Presidente da Mesa apresentou uma proposta de alteração dos pontos da Ordem de Trabalho, no sentido do ponto 10 passar a ser o ponto 02, uma vez que está presente na sessão o Chefe de Setor, o Senhor Eng.º Pita, para prestar os esclarecimentos que sejam solicitados sobre o assunto, podendo assim ausentar-se após a sua intervenção. A proposta foi aprovada por unanimidade. ----

1) VOTAÇÃO DA ATA N.º 15: -----

Interveio o Deputado Municipal, Senhor António Neves, para ler o seguinte: -----

"Sra. Presidente da Assembleia Municipal -----

A leitura da ata nº15, de 30 de setembro de 2015, só reforça a pertinência do Sr. deputado Luís Brandão, que visa não só a audição das gravações como o envio antecipado do texto aos grupos municipais para se poderem efetuar correções. ---- Para além dos erros de redação e "gralhas" de ortografia que a ata comporta, continuamos a verificar uma reiterada omissão de alguns conteúdos das intervenções que desvirtuam o contexto e aquilo que é dito, bem como nos parece que a transcrição das gravações não está a ser feita de forma correta. -----

Alguns exemplos: -----

-Verso da folha 109 -----

Relativamente à Carta Social, não nos parece que tenhamos dito que era "desnecessária a pressa em agilizar a sua aprovação" O que criticámos foi a falta de tempo para análise de um documento tão grande e complexo, ainda por cima remetido em cima da hora; afirmámos não estarem reunidas as condições para apreciar um documento daquela natureza. -----

-Anverso da folha 111 -----

É dito que "interveio o Deputado Municipal João Louceiro", mas nada consta do conteúdo da sua intervenção. -----

-Verso da Folha 111 -----

No terceiro parágrafo não é explicitado o sentido de voto dos nossos eleitos. -----

Os eleitos da CDU -----

António Neves, Isabel Lemos" -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa colocou à votação a Ata n.º 15. Votaram a favor os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Jacinto Gaspar Silva, Tiago Miguel dos S. Neves de Melo, António Ferreira Ribeiro, Ana Paula Ribeiro Coelho, Fernando Manuel da Silva de Melo, Jorge Filipe de Almeida Ana Filipa Varela Soares Pereira, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, Manuel Amorim da Silva, António Miguel de Miranda Ferreira, António da Silva Laranjeira, Luís Miguel Pereira Brandão, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, os Senhores Presidentes de Junta, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Manuel Lindo Cardoso, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Vítor Manuel Alves de Matos, João Carlos Ferreira dos Santos e Carlos Ferreira da Rocha Gomes e abstiveram-se: Pedro Manuel E. de Almeida Simões, Paula Cristina C.P. Machado Pinto, Maria Isabel Pinto Ferreira Lemos e António Nogueira das Neves. -----

A Ata n.º 15 foi aprovada, por maioria, com 21 votos a favor e 4 abstenções. -----

2) PROPOSTA DE REGULAMENTO DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS DO MUNICÍPIO DE MEALHADA E DE SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS DO MUNICÍPIO DE MEALHADA (Ponto 10 da Ordem do Dia): -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que passou a palavra ao Senhor Vereador José Calhoa e ao Senhor Chefe do Setor, para serem prestados os esclarecimentos. -----

O Senhor Vereador Calhoa Moraes referiu que o assunto em análise era o culminar de um processo que teve início em 2009. Na altura, o Governo entendeu que todas as taxas e tarifas dos municípios deveriam ter um suporte económico-financeiro e, em 2011, a Câmara Municipal mandou fazer esse estudo à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Em 2013 foi publicada uma lei para uniformização pelos municípios de todas as tarifas. O documento em análise, que é complexo e extenso, foi submetido ao parecer da ERSAR, foi validado, foi aprovado pela Câmara Municipal, esteve em discussão pública e nesse período não houve sugestões ou propostas de alterações e neste momento está a ser apreciado pela Assembleia Municipal. -----

De seguida foi dada a palavra ao Senhor Chefe do Setor para prestar esclarecimentos técnicos sobre o documento, referindo que o mesmo engloba dois regulamentos, um de resíduos e um de águas e saneamento, que tiveram por base regulamentos tipo da ERSAR. -----

AUSÊNCIA DE DEPUTADO MUNICIPAL – O Senhor Deputado Municipal António Miguel de Miranda Ferreira, ausentou-se da sessão às 21 horas. -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa colocou à votação a proposta de Regulamento do serviço de abastecimento de água e saneamento de águas residuais urbanas do município da Mealhada e de serviços de gestão de resíduos do município da Mealhada, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. COMPARÊNCIA DE DEPUTADO MUNICIPAL – O Deputado Municipal, Senhor António Miguel de Miranda Ferreira, compareceu na sessão às 21 horas e 10 minutos. -----

3) INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO (Ponto 2 da Ordem do Dia): -----

1) A Deputada Municipal, Senhora Maria Isabel Lemos, pediu a palavra para ler a seguinte intervenção: -----

“ O assunto que agora trazemos aqui prende-se com os passes escolares para o ano letivo de 2015/2016 no que se refere aos alunos do 3.º ciclo e no que explicitamente está escrito no documento divulgado à população. O que lá diz é que os passes são gratuitos para os alunos residentes em povoações situadas fora do raio de 4 Kms das escolas; claro que refere a legislação; no entanto, não é claro para quem está habituado a ler os dispositivos legais e muito menos para quem não está. Assim sendo, as normas camarárias deveriam ser claras e transparentes, acessíveis à compreensão de todos. Para nós não está implícito que os normativos se referem, neste caso, à área de influência de cada escola. Até podemos estar de acordo com a necessidade de respeitar escrupulosamente as áreas de influência; no entanto não podemos deixar de defender que, no ano letivo presente, respeitando legítimas expectativas das famílias, se deveria seguir à letra o que está escrito no documento emanado da CMM no que se refere ao pagamento dos passes, isto é respeitar a gratuitidade para os alunos residentes nas povoações aí referidas; no próximo ano letivo o texto deve ser corrigido e ser absolutamente esclarecedor. -----

Ainda face ao opaco processo da municipalização. O PCP não pode deixar de, mais uma vez, aqui trazer a sua estranheza e porventura a sua indignação face ao que se passou em Julho. No dia 9, o Sr. Presidente afirmou perante uma numerosa assembleia de professores, na CMM, que o processo não estava fechado, que estavam em curso conversações. Ora o contrato assinado por V.Ex^a e pelos então ministros Poiares Maduro e Nuno Crato apresenta a data de 1 de Julho, como todos podem verificar pelo doc. Que agora se distribui e que é uma cópia da última página do referido contrato. Alguém aqui não está a dizer a verdade. E, falando de municipalização, de quem é a responsabilidade da decisão das obras realizadas nas escolas? Como se explica que se gastem tantos milhares de euros em novas salas na E. S? -----

Os eleitos da CDU -----

António Neves, Isabel Lemos “ . -----

2) Dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal Luís Brandão, referiu que houve uma evolução significativa na informação da dinâmica cultural, com grande enfoque nas comemorações da Batalha do Bussaco, continuando, no entanto, a não haver informação da parte ambiental. Disse que na informação sobre obras

em execução, consta a retoma de trabalhos no Campo de Futebol de Luso até 30/11/2015, questionando sobre o início dos mesmos. Acrescentou ainda que o Senhor Presidente da Câmara disse, em entrevista ao Jornal da Mealhada, que iria recuperar três escolas, perguntando quais seriam. -----

3) O Senhor Deputado Municipal, António Neves, pediu a palavra para ler a seguinte intervenção: -----

“ Sr. Presidente da Câmara Municipal -----

Na sessão desta Assembleia Municipal, de 10 de Abril último, apresentámos a V.Exa, um documento com um conjunto de questões, cujo ponto 5 referia o seguinte: -----

5-Na Rubrica “ELABORAÇÃO DE PROJETOS” Alínea B (Remodelação das Redes de Abastecimento de Água às Povoações de Casal Comba, Vimieira, Silvã, Lendiosa e Pedrulha), tem a referência de “elaboração suspensa”. -----

Ora, temos conhecimento que alguns troços desta Rede de Abastecimento de Águas são compostos por tubos de fibrocimento, materiais proibidos pelas instâncias europeias, devido à perigosidade que representa para a saúde dos humanos. -----

Perante isto, pretendemos uma explicação de V.Exa sobre este assunto, que consideramos de execução prioritária, exatamente por aquilo que atrás referimos. -----

Ora, na documentação da presente O.T. e volvidos 8 meses, constatamos que não houve qualquer evolução quanto a esta questão, dado que, como se pode verificar, a mesma continua com “elaboração suspensa”. Como ainda estamos em fase de projeto, não podemos deixar de perguntar a V.Exa, quanto tempo mais podem esperar as populações desses lugares, até à realização da obra. -----

Uma vez mais, continuamos a pensar que, dados os riscos para a saúde que comporta a permanência destas tubagens, esta obra deve ser considerada como prioritária. -----

Os eleitos da CDU -----

Isabel Lemos, António Neves “ -----

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. -----

Relativamente à questão dos passes escolares passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente para poder esclarecer. -----

O Senhor Vice-Presidente referiu, como exemplo, que quando foi criada a escola da Pampilhosa foram definidas as localidades que ficariam abrangidas pela mesma e foi enviado um ofício aos alunos a informar que poderiam manter-se nos lugares de origem. Ficou definido que a autarquia não forneceria transporte para a Mealhada, uma vez que oferecia alternativa para a C+S da Pampilhosa. O passe é gratuito para os alunos que residam a mais de quatro quilómetros, mas que respeitem a escola destinada para a sua zona. Caso contrário, não se justificaria a distribuições dos alunos pelas escolas. -----

O Senhor Presidente da Câmara interveio esclarecendo que, quanto à municipalização, haverá alguma razão no facto do documento ter uma data que, na realidade, não corresponde à data dos factos. O documento tem uma data diferente mas quando disse aos professores que não estavam fechadas as negociações e que não tinha assinado nenhum documento foi, rigorosamente, verdade. Nunca mentiu aos professores garantindo que a assinatura do documento ocorreu em data posterior à data em que os recebeu, no Salão Nobre. Quanto à questão colocada relativamente às salas e manutenção das escolas, referiu que o Município vai receber noventa e oito mil euros, de acordo com o que consta no documento, para manutenção das escolas municipais, que são três EB's e Secundária. O Município já tinha responsabilidades nos centros escolares e nas escolas do 1.º Ciclo, recebendo transferências no quadro das finanças locais. No que respeita às referidas três escolas quem decide as intervenções é o Município, ouvindo o Agrupamento. O Agrupamento tem receitas próprias que não são controladas pelo Município. O Agrupamento continuará a ter a cantina, o bar, a repografia e outras atividades, que poderão gerar receitas, e nos termos da RAF, essas receitas, têm que ser orçadas. Acrescentou ainda que a municipalização é algo em que o Município entra e colabora, existindo assuntos em que tem a responsabilidade e outros cuja responsabilidade é exclusivamente do Agrupamento, podendo ouvir o Município. Referiu ainda que deverá ficar claro que a Câmara Municipal não pretende fazer uma intervenção maciça nas escolas, mas, existem questões em que a Câmara Municipal será uma mais-valia, concretamente, na manutenção das escolas, pois estas não têm pessoal especializado, como por exemplo, pedreiros, canalizadores, engenheiros, eletricitas e a Câmara Municipal tem. Entende que a questão dos professores foi absolutamente empolada, pois este contrato nada tem a ver com professores, nem direta, nem indiretamente, pois, o Município jamais dará um parecer sobre assuntos ligados aos professores. Se o contrato interferisse alguma coisa com professores, a Câmara Municipal não o faria, o que ficou claro desde o princípio do processo. O contrato tem vantagens em relação à anterior transferência de competências porque é um acordo entre uma autarquia e o governo que pode ser denunciado, por razões que constam no mesmo, se houver incumprimento das partes e, ao fim de quatro anos, será tomada a decisão de continuar ou não. Quanto à questão das penalizações de água pagas pelos consumidores referiu que não existe nenhum consumidor que tivesse requerido ao Município, e que, comprovadamente, tenha dificuldades financeiras, que não lhe tivessem sido anulados os juros e processos de execuções fiscais. Apesar de tal decisão ter alguns riscos, a área social é mais importante que a financeira. Por outro lado, o consumidor que tiver atrasos no pagamento, por razões de alguma desorganização, será natural que tenha alguma penalização. ----- Quanto à informação do setor do ambiente, passou a palavra ao Senhor Vereador José Calhoa para informar que, mais uma vez, o Município recebeu um galardão

pelas práticas ambientais. O Senhor Vereador prestou algumas informações sobre o setor, referindo que é dos serviços municipais mais vigiado, quer por particulares, quer por entidades, como a Delegação de Saúde para a qualidade da água dos fontanários, da rede pública, ERSAR, ERSUC e outras. Toda a informação está publicada no “site”, na parte do ambiente. Existe ainda uma mais-valia que é o Centro de Interpretação Ambiental que irá fazer a divulgação da atividade e das boas práticas. -----

O Senhor Presidente da Câmara informou que as obras do Campo de Futebol de Luso irão recomeçar no dia trinta de novembro, de acordo com o compromisso assumido pelo senhor empreiteiro da obra. -----

Esclareceu ainda que em relação à recuperação de três escolas, foi apresentada uma candidatura que foi aprovada. Está sujeita a um mapeamento que será publicado para posterior apresentação dos projetos e realização das obras.

Seguidamente passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente que informou que serão os Jardins de Infância de Casal Comba, do Carqueijo e do Canedo e ser ampliadas e remodeladas. -----

O Senhor Presidente voltou a intervir, para responder à questão da elaboração dos projetos para Casal Comba, esclarecendo que para serem obtidos apoios comunitários é necessário proceder à elaboração do cadastro das redes e, posteriormente, à elaboração de projetos para as novas condutas. Em dois mil e dezasseis a Câmara Municipal irá lançar os projectos de redes inteligentes, mas, sempre após a elaboração do cadastro. -----

4) CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO “CAMINHOS DE FÁTIMA” (Ponto 3 da Ordem do Dia): -----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que, no uso da mesma, referiu que a Assembleia Municipal tem de se pronunciar sobre os estatutos e permitir que o Município continue no processo. A Associação Caminhos de Fátima fará a gestão do financiamento do quadro comunitário de apoio, entre o Porto e Fátima, numa primeira fase, no sentido de retirar o mais possível os peregrinos das vias onde a perigosidade é muito alta, e esse é o objetivo primordial. Os municípios envolvidos foram convocados, houve reuniões no Seminário, em Fátima, tendo sido constituída uma equipa de trabalho que foi liderada pelo Prof. Álvaro Costa, da Universidade do Porto que se deslocou aos municípios para ver caminhos alternativos. Também passou pela Mealhada, para evitar a circulação de pessoas na EN 1 / IC2, eventualmente, com a criação de zonas pedonais. O Município suportará quinze por cento do investimento que for feito. -----

Ausência de Deputados Municipais – Os Deputados Municipais, António Miguel Ferreira e Pedro Simões, ausentaram-se da sessão, pelas 21 horas e 45 minutos. Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Mesa colocou à votação o ponto em discussão. Votaram a favor os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Jacinto Gaspar Silva, Tiago Miguel dos S. Neves de Melo, António Ferreira Ribeiro, Ana Paula Ribeiro Coelho, Fernando

Manuel da Silva de Melo, Jorge Filipe de Almeida Ana Filipa Varela Soares Pereira, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, Manuel Amorim da Silva, António da Silva Laranjeira, Luís Miguel Pereira Brandão, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, os Senhores Presidentes de Junta, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Manuel Lindo Cardoso, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Vítor Manuel Alves de Matos, João Carlos Ferreira dos Santos e Carlos Ferreira da Rocha Gomes e abstiveram-se: Maria Isabel Pinto Ferreira Lemos e António Nogueira das Neves. -----

A constituição da associação "Caminhos de Fátima" foi aprovada, por maioria, com 21 votos a favor e 2 abstenções. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. A Deputada Municipal, Senhora Isabel Lemos, interveio para ler a seguinte Declaração de Voto: -----

-----Declaração de voto-----

Apesar de agora já conhecer os estatutos da associação "Caminhos de Fátima", o PCP volta a abster-se porque, continua com dúvidas relativamente às atividades e objetivos da associação e sobre os beneficiários do trabalho de uma associação deste tipo. Não votou contra pois ponderou a questão da segurança e conforto das pessoas que realizam a peregrinação a Fátima. -----

Os eleitos da CDU -----

António Neves, Isabel Lemos -----

Comparência de Deputado Municipal – O Senhor Deputado Municipal, António Miguel Ferreira, compareceu na sessão às 21 horas e 55 minutos. -----

5) PROPOSTA N.º 19/2015 – APROVAÇÃO DA TMDP (TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM) FIXANDO EM 0,25% O SEU PERCENTUAL, PARA APLICAÇÃO NO ANO DE 2016 (Ponto 4 da Ordem do Dia): -----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que informou ser necessária a autorização da Assembleia Municipal para ser possível a cobrança da taxa pela Câmara Municipal, cujo valor é mínimo. Referiu ainda que ao contrário do que se passou anteriormente, no que se refere à rede fixa, as operadoras não podem repercutir essa taxa no valor da fatura dos consumidores. -----

Comparência de Deputado Municipal – O Senhor Deputado Municipal, Pedro Simões, compareceu na sessão às 21 horas e 58 minutos. -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa, colocou à votação o ponto em discussão. -----

A Proposta n.º 19/2015 – aprovação da tmdp (taxa municipal dos direitos de passagem) fixando em 0,25% o seu percentual, para aplicação no ano de 2016 foi aprovada por unanimidade. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

6) LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS (Ponto 5 da Ordem do Dia): -----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu que a Assembleia Municipal concedeu uma autorização genérica para que o Município possa assumir encargos que se distribuem por mais de um ano. Contudo, na listagem consta informação referente a contratos de prestação de serviços que se prolongam por mais que um ano económico. -----

A Senhora Deputada Municipal, Isabel Lemos, pediu a palavra para ler a seguinte intervenção: -----

" Para nós vale a pena refletir um pouco sobre AEC, embora achemos que ainda está e fica por fazer uma discussão sobre esse projeto, mas não é aqui o contexto adequado. Ora a questão é a introdução do xadrez nas AEC das escolas do concelho. Como é que, tendo este assunto estado em apreciação na sessão de 30 de setembro, nada transpareceu sobre a decisão que a CMM tomou e os seus fundamentos, com vista à introdução do xadrez no âmbito das AEC. Não temos nada contra o xadrez, embora nos pareça que haveria outras atividades mais adequadas às crianças deste concelho, iniciação a saberes e competências que poderiam vir a desenvolver em coletividades do concelho, das quais poderiam falar facilmente com as famílias, atividades através das quais se poderiam perseguir os mesmos objetivos. Precisamos de mais informações, designadamente sobre a forma de decisão, os decisores envolvidos e os fundamentos para a introdução da iniciação ao xadrez no quadro das AEC, assim como sobre a forma como estão a ser ministradas essas atividades. Como e por que é que, pelo que fortuitamente ficámos a saber, a CMM decidiu abrir um precedente relativo à seleção de técnicos para as AEC, entregando-a uma entidade estranha, quebrando com a forma como tem vindo a comportar-se neste âmbito? Que entidade é essa, afinal? Tendo o vice-presidente respondido a questão por nós colocada, na altura, acerca dos critérios para seleção, remetendo para os critérios e pontuações que constam do "site" da câmara, queremos saber, neste caso, os critérios e procedimentos seguidos e quem, efetivamente, celebra contratos com os técnicos em causa: a CMM ou a entidade PES (Programa Enriquecer os sentidos). Qual o relacionamento e eventuais compromissos da autarquia com essa entidade que, pelo que nos é dado saber, também comercializa materiais, por exemplo, para iniciação ao xadrez. Irão as AEC na componente xadrez servir de plataforma para a comercialização desses produtos junto das crianças e dos pais? Irá a autarquia adquiri-los? -----

Os eleitos da CDU -----

António Neves, Isabel Lemos" -----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara respondeu à questão colocada pela Senhora Deputada Municipal, Isabel Lemos, esclarecendo que no primeiro ciclo, ao nível do terceiro ano, a disciplina de Inglês passou a ser de carácter obrigatório no currículo dos alunos, pelo que, estes alunos deixariam de ter a AEC correspondente. Para preenchimento da hora, anteriormente, preenchida com a

disciplina de inglês passariam a ter uma atividade denominada atividade lúdico-expressiva e, por sugestão, do Agrupamento de Escolas o xadrez seria uma boa atividade para os alunos. Não foi a Câmara Municipal que impôs o xadrez, mas tendo por base o bom relacionamento com o agrupamento, a sugestão foi aceite. Como é do conhecimento geral, o ano anterior e há dois anos, no Luso foi realizado o Campeonato de xadrez para jovens e como foi um sucesso, depois da sugestão do Agrupamento que foi completada com a criação no Concelho de oito turmas a funcionar nesta modalidade, entendeu-se como uma mais valia a aprendizagem da mesma. A Câmara Municipal contactou uma empresa especializada nessa matéria, tendo sido a mesma que contratou os professores especializados na área. A Câmara Municipal adquiriu os “kits” para utilização. Esta atividade não é considerada uma AEC, pois está inserida nas atividades lúdico-expressivas. Por essa razão é que a Câmara Municipal, em anos anteriores, contratou trinta e dois professores e no corrente ano só contratou vinte e quatro professores. -----

7) REVISÃO ORÇAMENTAL N.º 04 (Ponto 6 da Ordem do Dia): -----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu que a revisão orçamental teve como objetivo a inclusão da constituição da associação Caminhos de Fátima. Não estava prevista no orçamento, nem no plano inicialmente aprovado, dado que quando o mesmo foi elaborado não estava a decorrer o processo de constituição da referida associação. -----

O Senhor Deputado Municipal, Luís Brandão, pediu a palavra, e no uso da mesma, referiu que quando foi aprovada a constituição da associação Caminhos de Fátima, não interveio, mas dada a justificação do motivo da revisão orçamental, na sua opinião, entende que o valor mensal de trezentos e quarenta e dois euros é bastante alto, questionando qual o uso dado ao referido valor. -----

O Senhor Presidente da Câmara interveio referindo que nos Estatutos, cada Município que entra no processo, custeará o orçamento da Associação, tendo o valor sido calculado com um determinado critério, contribuindo, cada Município, com um pagamento de igual valor. -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa colocou o assunto à votação, tendo a Revisão Orçamental n.º 4, sido aprovada por unanimidade. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

8) REDUÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – PROPOSTA N.º 20/2015 (Ponto 7 da Ordem do Dia): -----

O Senhor Deputado Municipal, Luís Brandão, pediu a palavra, e no uso da mesma, congratulou-se com o facto de o Executivo ter refletido sobre uma proposta de recomendação da Coligação Juntos pelo Concelho da Mealhada apresentada na última sessão da Assembleia Municipal, a qual, na altura, teve uma reação negativa pelo Executivo. Felicitou a mudança de posição, o que é

positivo. Questionou sobre a razão da mudança e qual o impacto da medida nas famílias. -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, esclareceu que nunca teve nada contra a redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, na generalidade, mas, teve tudo contra, na especialidade, porque é contra a redução da taxa de imposto que não tenha como referência o rendimento e esta medida terá um impacto mínimo nas famílias. O Executivo apresentou esta proposta, na sequência da preocupação apresentada pelos Senhores Deputados Municipais da Coligação Juntos Pelo Concelho da Mealhada, tendo sido uma decisão política. ---

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa, colocou o assunto à votação, tendo votado a favor, os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Jacinto Gaspar Silva, Tiago Miguel dos S. Neves de Melo, Pedro Manuel E. de Almeida Simões, António Ferreira Ribeiro, Ana Paula Ribeiro Coelho, Paula Cristina C.P. Machado Pinto, Fernando Manuel da Silva de Melo, Jorge Filipe de Almeida Ana Filipa Varela Soares Pereira, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, Manuel Amorim da Silva, António Miguel de Miranda Ferreira, António da Silva Laranjeira, Luís Miguel Pereira Brandão, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, os Senhores Presidentes de Junta, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Manuel Lindo Cardoso, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Vitor Manuel Alves de Matos, João Carlos Ferreira dos Santos e Carlos Ferreira da Rocha Gomes e tendo-se absterido, Maria Isabel Pinto Ferreira Lemos e António Nogueira das Neves. -----

A redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis – proposta n.º 20/2015, foi aprovada, por maioria, com 23 votos a favor e 2 abstenções. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

A Senhora Deputada Municipal, Isabel Lemos, pediu a palavra para ler a seguinte Declaração de Voto: -----

-----*Declaração de voto*-----

Os eleitos da CDU abstiveram-se neste assunto porque: -----

- esta redução só beneficiará quem tem casa própria e dependentes em determinadas condições; -----

- alegadamente, pretende servir famílias que enfrentam dificuldades, mas é cega, beneficiando, até mais, algumas das mais abonadas; -----

- disfarça os problemas da degradação de rendimentos e do empobrecimento, passando-os dos domínios das políticas de emprego, salários, pensões, prestações e direitos sociais (incluindo o abono de família), para o das políticas fiscais (mas com responsabilização autárquica; -----

- imputa, mais uma vez, efeitos de políticas do poder central – que decidiu estas – ao poder local – que passa a suportar aqueles... -----

- tenta pôr o poder local numa espécie de “entre a espada e a parede”; -----

- é mais uma medida que pode retirar receitas à autarquia, e que, assim, vai perdendo capacidade de intervenção noutros domínios porventura socialmente mais justos. -----

- Levantam-se-nos ainda mais outras questões designadamente: da proposta que chega à AMM não consta a identificação nem dos benefícios previsíveis para (algumas, quantas?) famílias do concelho, nem o cálculo da perda de receita que resultaria para a autarquia.-----

Os eleitos da CDU -----

António Neves, Isabel Lemos -----

9) PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DE IRS PARA 2016 – PROPOSTA N.º 21/2015

(Ponto 8 da Ordem do Dia): -----

Pela Senhora presidente da Mesa foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu que a proposta apresentada se refere à fixação necessária da percentagem do IRS, cobrada na área do município, e que, nos termos do Orçamento de Estado e da Lei das Finanças, atribui cinco por cento das receitas fiscais do Município, às finanças municipais. A proposta, que terá incidência no ano de 2017, é de devolver três por cento aos munícipes, cobrado na área do Município, ficando dois por cento nas finanças municipais. -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa colocou o assunto à votação, tendo votado a favor os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Jacinto Gaspar Silva, Tiago Miguel dos S. Neves de Melo, Pedro Manuel E. de Almeida Simões, António Ferreira Ribeiro, Ana Paula Ribeiro Coelho, Paula Cristina C.P. Machado Pinto, Maria Isabel Pinto Ferreira Lemos, Fernando Manuel da Silva de Melo, Jorge Filipe de Almeida Ana Filipa Varela Soares Pereira, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, Manuel Amorim da Silva, António Miguel de Miranda Ferreira, António da Silva Laranjeira, António Nogueira das Neves, Luís Miguel Pereira Brandão, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, os Senhores Presidentes de Junta, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Manuel Lindo Cardoso, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Vítor Manuel Alves de Matos, João Carlos Ferreira dos Santos e Carlos Ferreira da Rocha Gomes. -----

A participação variável de irs para 2016 – proposta n.º 21/2015, foi aprovada por unanimidade. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

A Senhora Deputada Municipal, Isabel Lemos, pediu a palavra para ler a seguinte Declaração de Voto: -----

-----Declaração de voto-----

O PCP, embora tenha votado a favor da proposta do executivo camarário, não pode deixar de exprimir a sua apreensão por mais uma perda de receita, embora mais “democrática” que no assunto do ponto anterior. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º 126

Ficamos com a expectativa de, no novo quadro político, o poder local deixar de ser o bode expiatório para atenuar os problemas sociais e de empobrecimento que as políticas do poder central têm vindo a provocar. -----

Os eleitos da CDU -----

António Neves, Isabel Lemos -----

10) DERRAMA PARA 2016 – PROPOSTA N.º 22/2015 (Ponto 8 da Ordem do Dia): -----

Pela Senhora presidente da mesa foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu que a proposta é idêntica às propostas dos anos anteriores, existindo uma isenção de base para as pequenas e micro empresas com um volume de negócios até cento e cinquenta mil euros, cobrando-se um por cento às empresas com faturação superior a esse valor. -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa colocou o assunto à votação, tendo votado a favor, os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Jacinto Gaspar Silva, Tiago Miguel dos S. Neves de Melo, Pedro Manuel E. de Almeida Simões, António Ferreira Ribeiro, Ana Paula Ribeiro Coelho, Paula Cristina C.P. Machado Pinto, Maria Isabel Pinto Ferreira Lemos, Fernando Manuel da Silva de Melo, Jorge Filipe de Almeida, Ana Filipa Varela Soares Pereira, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, Manuel Amorim da Silva, António Miguel de Miranda Ferreira, António da Silva Laranjeira, António Nogueira das Neves Luís Miguel Pereira Brandão, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, os Senhores Presidentes de Junta, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Manuel Lindo Cardoso, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Vítor Manuel Alves de Matos, João Carlos Ferreira dos Santos e Carlos Ferreira da Rocha Gomes. -----

A derrama para 2016 – Proposta n.º 22/2015 foi aprovada por unanimidade. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, pelas 22 hora e 40 minutos, da qual se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, por mim,

Maria de Laçate Mendes Ferreira e Godinho Maria de Laçate Mendes Ferreira e Godinho, Técnica Superior, nomeada por Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, para apoio administrativo à Assembleia Municipal, e pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. -----

Daniela de Melo Esteves

